

Renato Brasileiro de Lima

Manual de
**Processo
Penal**

VOLUME ÚNICO

7^a | revista
edição | atualizada
ampliada

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

TÍTULO 1 • NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	39		
1. Introdução	39	3.7.1. Noções introdutórias.....	72
2. Sistemas processuais penais	40	3.7.2. Titular do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	72
2.1. Sistema inquisitorial	40	3.7.3. Advertência quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo	73
2.2. Sistema acusatório	41	3.7.4. Desdobramentos do direito de não produzir prova contra si mesmo	75
2.3. Sistema misto ou francês	43	3.7.5. Bafômetro: a infração administrativa de embriaguez ao volante e a nova redação do crime de embriaguez ao volante (Lei nº 12.760/12)	81
3. Princípios fundamentais do processo penal	44	3.7.6. Consequências do exercício do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	85
3.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade)	45	3.7.7. O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros delitos.....	86
3.1.1. Noções introdutórias.....	45	3.8. Princípio da proporcionalidade	87
3.1.2. Da regra probatória (in dubio pro reo).....	46	3.8.1. Da adequação.....	89
3.1.3. Da regra de tratamento.....	47	3.8.2. Da necessidade	90
3.1.4. (In) constitucionalidade da execução provisória da pena	48	3.8.3. Da proporcionalidade em sentido estrito	91
3.2. Princípio do contraditório	54	4. Lei processual penal no espaço.....	91
3.1.5. Contraditório para a prova e contraditório sobre a prova	56	4.1. Tratados, convenções e regras de direito internacional	92
3.2. Princípio da ampla defesa	56	4.2. Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades ...	93
3.2.1. Defesa técnica (processual ou específica)	57	4.3. Processos da competência da Justiça Militar.....	94
3.2.1.1. Defesa técnica necessária e irrenunciável.....	57	4.4. Processos da competência do tribunal especial.....	94
3.2.1.2. Direito de escolha do defensor	59	4.5. Crimes de imprensa	95
3.2.1.3. Defesa técnica plena e efetiva	60	4.6. Crimes eleitorais.....	95
3.2.2. Autodefesa (material ou genérica)..	61	4.7. Outras exceções	96
3.2.2.1. Direito de audiência	62	5. Lei processual penal no tempo	96
3.2.2.2. Direito de presença	63	5.1. Lei nº 9.099/95 e seu caráter retroativo ...	98
3.2.2.3. Capacidade postulatória autônoma do acusado.....	64	5.2. Lei nº 9.271/96 e nova redação do art. 366: suspensão do processo e da prescrição...	99
3.2.3. Ampla defesa no processo administrativo disciplinar e na execução penal	64	5.3. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e sua aplicabilidade imediata aos processos em andamento	99
3.4. Princípio da publicidade.....	66	5.4. Lei nº 12.403/11 e o novo regramento quanto às medidas cautelares de natureza pessoal	100
3.3.1. Divisão da publicidade: ampla e restrita.....	67	5.5. Normas processuais heterotópicas	101
3.3.2. Sessão de julgamento na Justiça Militar e votação em sala secreta	69	5.6. Vigência, validade, revogação, derrogação e ab-rogação da lei processual penal	101
3.4. Princípio da busca da verdade: superando o dogma da verdade real.....	69		
3.4.1. Busca da verdade consensual no âmbito dos Juizados	71		
3.5. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	71		
3.6. Princípio do juiz natural	71		
3.7. Princípio do nemo tenetur se detegere	72		

6. Interpretação da lei processual penal.....	102	9.8. Identificação do indiciado	140
6.1. Interpretação extensiva.....	103	9.9. Averiguação da vida pregressa do inves- tigado	141
6.2. Analogia.....	104	9.10. Reconstituição do fato delituoso	141
6.3. Distinção entre analogia e interpretação analgica	105	9.11. Acesso aos dados cadastrais de vítimas e de suspeitos.	142
6.4. Aplicação supletiva e subsidiária do novo Código de Processo Civil ao processo penal.....	105	9.12. Requisição de informações acerca das estações rádio base (ERB's).....	144
TÍTULO 2 • INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....	109	10. Identificação criminal	146
1. Conceito de inquérito policial	109	10.1. Conceito	146
2. Natureza jurídica do inquérito policial	109	10.2. Leis relativas à identificação criminal.....	147
3. Finalidade do inquérito policial.....	110	10.3. Documentos atestadores da identifi- cação civil	149
4. Valor probatório do inquérito policial.....	111	10.4. Hipóteses autorizadoras da identifica- ção criminal.....	149
5. Atribuição para a presidência do inquérito policial	112	10.5. Identificação do perfil genético (Lei nº 12.654/12).....	151
5.1. Funções de polícia administrativa, judi- ciária e investigativa.....	112	11. Incomunicabilidade do indiciado preso	153
5.2. Da atribuição em face da natureza da infração penal.....	114	11.1. Regime disciplinar diferenciado	153
5.3. Da atribuição em face do local da con- sumação da infração penal	116	12. Indiciamento	154
6. Características do inquérito policial	116	12.1. Conceito	154
6.1. Procedimento escrito	116	12.2. Momento	155
6.2. Procedimento dispensável	117	12.3. Espécies.....	155
6.3. Procedimento sigiloso	117	12.4. Pressupostos	155
6.4. Procedimento inquisitorial.....	121	12.5. Desindiciamento.....	156
6.5. Procedimento discricionário	129	12.6. Atribuição.....	156
6.6. Procedimento oficial	130	12.7. Sujeito passivo.....	156
6.7. Procedimento oficioso	130	12.8. Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do in- diciamento em crimes de lavagem de capitais	158
6.8. Procedimento indisponível.....	130	13. Conclusão do inquérito policial.....	159
6.9. Procedimento temporário.....	131	13.1. Prazo para a conclusão do inquérito policial	159
7. Formas de instauração do inquérito policial.....	131	13.1.1. Quadro sinóptico do prazo para a conclusão do inquérito policial	161
7.1. Crimes de ação penal pública incondi- cionada	131	13.2. Relatório da autoridade policial.....	162
7.2. Crimes de ação penal pública condicio- nada e de ação penal de iniciativa privada.....	134	13.3. Destinatário dos autos do inquérito policial	162
8. Notitia criminis	135	13.4. Providências a serem adotadas após a remessa dos autos do inquérito policial	164
8.1. Delatio criminis	135	14. Arquivamento do inquérito policial	167
8.2. Notitia criminis inqualificada	135	14.1. Fundamentos do arquivamento.....	168
9. Diligências investigatórias	136	14.2. Coisa julgada na decisão de arquivamento	169
9.1. Preservação do local do crime	136	14.3. Desarquivamento, a partir da notícia de provas novas, e oferecimento de denún- cia, na hipótese do surgimento de provas novas	171
9.2. Apreensão de objetos	137	14.4. Procedimento do arquivamento	174
9.3. Colheita de outras provas	138	14.4.1. Procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Estadual.....	174
9.4. Oitiva do ofendido.....	138		
9.5. Oitiva do indiciado	139		
9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações.....	139		
9.7. Determinação de realização de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias	140		

14.4.2. Procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Federal e da Justiça Comum do Distrito Federal.....	175	18. Controle externo da atividade policial.....	210
14.4.3. Procedimento do arquivamento na Justiça Eleitoral.....	176	TÍTULO 3 • AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	213
14.4.4. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República.....	177	1. Direito de ação penal.....	213
14.5. Arquivamento implícito.....	178	2. Características do direito de ação penal.....	214
14.6. Arquivamento indireto.....	179	3. Lide no processo penal.....	214
14.7. Arquivamento em crimes de ação penal de iniciativa privada.....	180	4. Condições da ação penal.....	215
14.8. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento.....	180	4.1. Condições genéricas da ação penal.....	218
14.9. Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente.....	181	4.1.1. À luz da teoria geral do processo....	218
15. Trancamento (ou encerramento anômalo) do inquérito policial.....	182	4.1.1.1. Possibilidade jurídica do pedido ..	218
15.1. (Im) possibilidade de arquivamento de ofício de investigações nos casos de competência originária dos Tribunais.....	183	4.1.1.2. Legitimidade para agir.....	221
16. Investigações diversas.....	185	4.1.1.2.1. Legitimidade ordinária e extraordinária no processo penal.....	222
16.1. Comissões Parlamentares de Inquérito: inquéritos parlamentares.....	186	4.1.1.3. Interesse de agir.....	224
16.2. Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF).....	188	4.1.1.3.1. Prescrição em perspectiva e ausência de interesse de agir.....	225
16.3. Inquérito Policial Militar.....	189	4.1.1.4. Justa Causa.....	228
16.4. Investigação pelo Ministério Público.....	190	4.1.1.4.1. Justa Causa duplicada.....	230
16.5. Inquérito civil.....	194	4.1.2. À luz de uma teoria específica do processo penal.....	231
16.6. Termo circunstanciado.....	194	4.1.2.1. Prática de fato aparentemente criminoso.....	232
16.7. Investigação pela autoridade judiciária... ..	195	4.1.2.2. Punibilidade concreta.....	232
16.7.1. Inquérito judicial.....	195	4.2. Condições específicas da ação penal.....	233
16.7.2. Revogada Lei das organizações criminosas.....	195	4.3. Condições da ação e condições de perseguibilidade (condição superveniente da ação).....	235
16.7.3. Infrações penais praticadas por magistrados.....	196	4.4. Condições da ação, condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	235
16.8. Investigação criminal defensiva.....	197	4.4.1. Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária.....	237
16.9. Investigação por detetive particular (Lei n. 13.432/17).....	198	5. Classificação das ações penais.....	242
17. Acordo de não-persecução penal.....	200	5.1. Classificação das ações penais condenatórias.....	243
17.1. Conceito e previsão normativa.....	200	6. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada.....	245
17.2. (In) constitucionalidade do art. 18 da Resolução n. 181 do CNMP.....	202	6.1. Princípio do ne procedat iudex ex officio..	245
17.3. Requisitos para a celebração do acordo de não-persecução penal.....	205	6.2. Princípio do ne bis in idem (inadmissibilidade da persecução penal múltipla).....	246
17.4. Condições a serem impostas ao investigado.....	207	6.3. Princípio da intranscendência.....	249
17.5. Controle jurisdicional.....	208	6.4. Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.....	249
17.6. Descumprimento injustificado das obrigações assumidas pelo investigado.....	209	6.5. Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.....	253
17.7. Cumprimento integral do acordo de não persecução penal.....	210	6.6. Princípio da indisponibilidade da ação penal pública.....	254
		6.7. Princípio da disponibilidade da ação penal de iniciativa privada (exclusiva ou personalíssima).....	255

6.8. Princípio da (in) divisibilidade da ação penal pública	255	14.2. Ação penal nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada	291
6.9. Princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada	256	14.3. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa com violência doméstica e familiar contra a mulher....	292
6.10. Princípio da oficialidade	257	14.4. Ação penal nos crimes ambientais: pessoas jurídicas e dupla imputação	294
6.11. Princípio da autoritariedade	258	14.5. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 13.718/18).	295
6.12. Princípio da oficiosidade	258	14.5.1. Redação original do art. 225 do CP (antes da Lei n. 12.015/09).	296
6.13. Quadro comparativo dos princípios da ação penal	258	14.5.2. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 12.015/09 (antes da Lei n. 13.718/18).	298
7. Ação penal pública incondicionada.....	260	14.5.3. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 13.718/18.....	300
8. Ação penal pública condicionada.....	262	14.5.4. Quadro comparativo da ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.	301
8.1. Representação.....	262	14.5.5. Direito intertemporal.	301
8.1.1. Natureza jurídica da representação	263	14.6. Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático.....	304
8.1.2. Desnecessidade de formalismo.....	263	15. Peça acusatória	305
8.1.3. Destinatário da representação	263	15.1. Denúncia e queixa-crime.....	305
8.1.4. Legitimidade para o oferecimento da representação	264	15.2. Requisitos da peça acusatória.....	306
8.1.5. Prazo decadencial para o oferecimento da representação	267	15.2.1. Exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias.....	307
8.1.6. Retratação da representação	269	15.2.2. Qualificação do acusado	309
8.1.6.1. Retratação da retratação da representação	269	15.2.3. Classificação do crime	311
8.1.6.2. Retratação da representação na Lei Maria da Penha.....	269	15.2.4. Rol de testemunhas.....	311
8.1.7. Eficácia objetiva da representação..	270	15.2.5. Endereçamento da peça acusatória	312
8.1.8. Representação no processo penal militar	271	15.2.6. Redação em vernáculo.....	313
8.2. Requisição do Ministro da Justiça	272	15.2.7. Razões de convicção ou presunção da delinquência	313
8.2.1. Requisição no processo penal militar	273	15.2.8. Peça acusatória subscrita pelo Ministério Público ou pelo advogado do querelante.....	313
9. Ação penal de iniciativa privada.....	273	15.2.9. Procuração da queixa-crime e recolhimento de custas	314
9.1. Ação penal exclusivamente privada	275	15.3. Prazo para o oferecimento da peça acusatória	316
9.2. Ação penal privada personalíssima.....	275	16. Questões diversas	318
9.3. Ação penal privada subsidiária da pública	276	16.1. Denúncia genérica e crimes societários..	318
9.4. Extinção da punibilidade e ação penal de iniciativa privada	279	16.1.1. Acusação geral e acusação genérica.....	319
9.4.1. Decadência	279	16.2. Cumulação de imputações	320
9.4.2. Renúncia ao direito de queixa.....	281	16.3. Imputação implícita.....	320
9.4.3. Perdão do ofendido.....	283	16.4. Imputação alternativa	321
9.4.4. Quadro comparativo entre renúncia e perdão do ofendido.....	285	17. Aditamento à denúncia	323
9.4.5. Perempção	285		
9.5. Ação penal privada no processo penal militar	287		
10. Ação penal popular	287		
11. Ação penal adesiva.....	288		
12. Ação de prevenção penal.....	288		
13. Ação penal secundária	289		
14. Ação penal nas várias espécies de crimes.....	289		
14.1. Ação penal nos crimes contra a honra....	289		

17.1. Espécies de aditamento	325	1. Competência Criminal da Justiça Militar	371
17.1.1. Quanto ao objeto do aditamento: próprio e impróprio	325	1.1. Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados.	371
17.1.2. Quanto à voluntariedade do aditamento: espontâneo e provocado.....	326	1.1.1. Quanto à competência criminal.....	371
17.2. Interrupção da prescrição	327	1.1.2. Quanto à competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares.....	372
17.3. Procedimento do aditamento	328	1.1.3. Quanto ao acusado	373
17.4. Aditamento à queixa-crime.....	328	1.1.4. Quanto ao órgão jurisdicional de 1ª instância.....	375
18. Ação civil ex delicto	329	1.1.5. Quanto ao órgão jurisdicional de 2ª instância.	377
18.1. Noções introdutórias.....	329	1.1.6. Quadro comparativo entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual.....	378
18.2. Sistemas atinentes à relação entre a ação civil ex delicto e o processo penal	330	1.2. Crime militar	379
18.3. Efeitos civis da absolvição penal	332	1.2.1. Crime propriamente militar e crime impropriamente militar.	379
18.4. Obrigação de indenizar o dano causado pelo delito como efeito genérico da sentença condenatória.....	336	1.2.2. Crime militar de tipificação direta e crime militar de tipificação indireta.	382
18.4.1. Quantificação do montante a ser indenizado ao ofendido.....	339	1.2.3. Crimes militares extravagantes (crimes militares por equiparação à legislação penal comum ou crimes militares por extensão): a nova competência da Justiça Militar (Lei n. 13.491/17).....	383
18.4.2. Natureza do dano cuja indenização mínima pode ser fixada na sentença condenatória	342	1.2.3.1. Lei n. 13.491/17 e o princípio do juiz natural.	387
TÍTULO 4 • COMPETÊNCIA CRIMINAL.....	345	1.2.3.2. Lei n. 13.491/17 e o direito intertemporal.	387
CAPÍTULO I – PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	345	1.2.3.3. (In) constitucionalidade da Lei n. 13.491/17.....	389
1. Jurisdição e competência	345	1.3. (In) constitucionalidade e (in) convencionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de civis pela prática de crimes militares definidos em lei (ADPF 289)	391
2. Princípio do juiz natural	346	1.4. (In) constitucionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de crimes cometidos por ou contra militares no exercício de atribuições subsidiárias das Forças Armadas (ADPF 5.032)	395
2.1. Lei processual que altera regras de competência.....	347	1.5. Dos crimes militares em tempo de paz.....	397
2.2. Convocação de Juízes de 1º grau de jurisdição para substituição de Desembargadores.....	349	1.5.1. Do conceito de militar para fins de aplicação da lei penal militar.....	397
3. Espécies de competência	351	1.5.2. Do inciso I do art. 9º do Código Penal Militar.	401
4. Competência absoluta e relativa.....	353	1.5.3. Do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar.	402
4.1. Quanto à natureza do interesse.....	353	1.5.4. Do inciso III do art. 9º do CPM.....	414
4.2. Quanto à arguição da incompetência	354	1.5.5. Dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis.	422
4.3. Quanto ao reconhecimento da incompetência no juízo ad quem.....	357	1.5.6. Dos crimes militares praticados em tempo de guerra.	429
4.4. Quanto às consequências da incompetência absoluta e relativa	359	2. Competência Criminal da Justiça Eleitoral	429
4.5. Quanto à coisa julgada nos casos de incompetência absoluta e relativa	362	3. Competência Criminal da Justiça do Trabalho	432
4.6. Quadro sinóptico dos regimes jurídicos das regras de incompetência absoluta e relativa.....	363		
5. Fixação da competência criminal	364		
6. Competência internacional	365		
7. Tribunal Penal Internacional.....	367		
CAPÍTULO II – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	371		

4. Competência Criminal da Justiça Federal.....	433	fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal.....	475
4.1. Considerações iniciais	433		
4.2. Atribuições de polícia investigativa da Polícia Federal	435	4.5. Incidente de Deslocamento de Compe- tência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º)	479
4.3. Crimes políticos e infrações penais pra- ticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluí- das as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV)	435	4.6. Crimes contra a organização do tra- balho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem eco- nômico-financeira (CF, Art. 109, VI)	482
4.3.1. Crimes políticos	435	4.6.1. Crimes contra a organização do trabalho	482
4.3.2. Crimes contra a União.....	436	4.6.2. Crimes contra o sistema financei- ro e a ordem econômico-financeira.....	485
4.3.3. Crimes contra autarquias federais ..	437	4.6.2.1. Varas especializadas para pro- cessar e julgar os crimes contra o siste- ma financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais	489
4.3.4. Crimes contra empresas públicas federais.....	438	4.7. Habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangi- mento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII).....	491
4.3.5. Crimes contra fundações públicas federais.....	440	4.8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII)	492
4.3.6. Crimes contra entidades de fis- calização profissional.....	440	4.9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX)	493
4.3.7. Crimes contra a Ordem dos Ad- vogados do Brasil (OAB)	441	4.10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X).....	495
4.3.8. Crimes contra sociedades de eco- nomia mista, concessionárias e permis- sionárias de serviço público federal.....	442	4.11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI)	496
4.3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (funda- ções públicas federais) e das empresas públicas federais.....	443	4.11.1. Genocídio contra índios	498
4.3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03)	449	4.12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual	500
4.3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar da União ..	450	5. Competência Criminal da Justiça Estadual.....	501
4.3.12. Crime praticado contra funcio- nário público federal	451	6. Justiça Política ou Extraordinária	502
4.3.13. Crime praticado por funcionário público federal	453		
4.3.14. Tribunal do Júri Federal.....	454	CAPÍTULO III – COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	506
4.3.15. Crimes contra o meio ambiente....	455	1. Conceito	506
4.3.16. Crimes contra a fé pública.....	459	2. Regras básicas	507
4.3.17. Execução penal.....	466	2.1. Investigação e indiciamento de pessoas com foro por prerrogativa de função.....	507
4.3.18. Contravenções penais	467	2.2. Arquivamento de inquérito nas hipóte- ses de atribuição originária do Procurador- -Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República.....	507
4.3.19. Atos infracionais	468	2.3. Duplo grau de jurisdição	507
4.3.20. Crimes previstos na Lei Antiter- rorismo (Lei nº 13.260/16).....	468	2.4. Crime cometido durante o exercício funcional (regra da contemporaneidade)	507
4.4. Crimes previstos em tratado ou conven- ção internacional, quando, iniciada a execu- ção no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V).....	469	2.5. Infração penal praticada antes do exer- cício funcional (regra da atualidade).....	510
4.4.1. Tráfico internacional de drogas	471		
4.4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com			

2.6. Crime cometido após o exercício funcional	513	CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA TERRITORIAL ...	545
2.7. Dicotomia entre crime comum e crime de responsabilidade	513	1. Introdução	545
2.8. Local da infração	514	2. Competência territorial pelo lugar da consumação da infração	545
2.9. Crime doloso contra a vida	515	3. Casuística	546
2.10. Hipóteses de concurso de agentes	516	3.1. Quanto às espécies de infração penal	546
2.11. Constituições Estaduais e princípio da simetria	518	3.1.1. Crimes de mera conduta	546
2.12. Exceção da verdade	520	3.1.2. Crimes formais	547
2.13. Atribuições dos membros do Ministério Público perante os Tribunais Superiores	522	3.1.3. Crimes materiais	547
2.14. Procedimento originário dos Tribunais ...	523	3.1.4. Crimes qualificados pelo resultado ..	548
3. Casuística	524	3.1.5. Crimes permanentes	548
3.1. Quanto à competência dos Tribunais	524	3.1.6. Infrações em continuidade delitiva ..	548
3.1.1. Supremo Tribunal Federal	524	3.1.7. Crimes plurilocais: princípio do esboço do resultado	548
3.1.2. Superior Tribunal de Justiça	525	3.1.8. Crimes à distância ou de espaço máximo	549
3.1.3. Tribunal Superior Eleitoral	527	3.1.9. Crimes cometidos no estrangeiro ...	550
3.1.4. Superior Tribunal Militar	527	3.1.10. Infrações cometidas a bordo de embarcações ou aeronaves	552
3.1.5. Tribunais Regionais Federais	527	3.1.11. Infrações cometidas na divisa de duas ou mais comarcas	553
3.1.6. Tribunais Regionais Eleitorais	528	3.1.12. Crimes previstos na Lei de Imprensa (ADPF nº 130)	553
3.1.7. Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	528	3.1.13. Crimes falimentares	554
3.1.8. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	529	3.1.14. Atos infracionais	554
3.1.9. Senado Federal	529	3.2. Quanto aos crimes em espécie	554
3.1.10. Tribunal Especial	530	4. Competência territorial pela residência ou domicílio do réu	557
3.1.11. Câmara Municipal	530	5. Competência territorial na Justiça Federal, na Justiça Militar (da União e dos Estados) e na Justiça Eleitoral	559
3.2. Quanto aos titulares de foro por prerrogativa de função	530	CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA DE JUÍZO	560
3.2.1. Presidente da República	530	1. Determinação do juízo competente	560
3.2.2. Deputados federais e Senadores	531	2. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	561
3.2.3. Ministros de Estado	532	3. Juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas	566
3.2.4. Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público	533	3.1. Conceito legal de organizações criminosas	566
3.2.5. Governador de Estado	534	3.2. Formação do juízo colegiado em primeiro grau	569
3.2.6. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e membros dos Tribunais Regionais Federais	536	4. Competência do Juízo da Execução Penal	575
3.2.7. Membros do Ministério Público Estadual e Juizes Estaduais	536	5. Competência por distribuição	579
3.2.8. Membros do Ministério Público da União	538	6. Competência por prevenção	580
3.2.9. Deputados Estaduais	539	CAPÍTULO VI – MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA	584
3.2.10. Prefeitos municipais	540	1. Conexão e continência	584
3.2.11. Vereadores	542	1.1. Introdução	584
4. Quadro sinóptico de competência por prerrogativa de função	543		

1.2. Conexão.....	586	1.2. Distinção entre prova e elementos in- formativos	606
1.3. Continência	587	1.3. Provas cautelares, não repetíveis e an- teciadas	607
1.4. Efeitos da conexão e da continência.....	588	1.4. Destinatários da prova	609
1.5. Foro prevalente	590	1.5. Elemento de prova e resultado da prova..	609
1.5.1. Competência prevalente do Tri- bunal do Júri.....	590	1.6. Finalidade da prova	610
1.5.2. Jurisdições distintas.....	590	1.7. Sujeitos da prova.....	610
1.5.2.1. Concurso entre a jurisdição comum e a especial.....	590	1.8. Forma da prova	611
1.5.2.2. Concurso entre órgãos de juris- dição superior e inferior.....	591	1.9. Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova	611
1.5.2.3. Concurso entre a Justiça Fede- ral e a Estadual.....	591	1.9.1. Meios extraordinários de ob- tenção de prova (técnicas especiais de investigação).....	613
1.5.3. Jurisdições da mesma categoria.....	591	1.10. Prova direta e prova indireta.....	613
1.6. Separação de processos	592	1.11. Indício: prova indireta ou prova semi- plena.....	614
1.6.1. Separação obrigatória dos pro- cessos	593	1.12. Suspeita.....	615
1.6.1.1. Concurso entre a jurisdição comum e a militar	593	1.13. Objeto da prova	616
1.6.1.2. Concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.....	593	1.14. Prova direta (positiva) e contrária (ne- gativa); a contraprova	618
1.6.1.3. Doença mental superveniente à prática delituosa.....	594	1.15. Prova emprestada	619
1.6.1.4. Citação por edital de um dos corrêus, seguida de seu não-compare- cimento e não-constituição de defensor ..	594	1.16. Prova nominada e prova inominada	622
1.6.1.5. Antiga hipótese de ausência de intimação da pronúncia ou de não- comparecimento do acusado à sessão de julgamento do júri, em se tratando de crime inafiançável	594	1.17. Prova típica e prova atípica	622
1.6.1.6. Recusas peremptórias no júri.....	595	1.18. Prova anômala e prova irritual.....	623
1.6.1.7. Suspensão do processo em re- lação ao colaborador.....	595	1.19. Critérios de decisão (standards proba- tórios).....	624
1.6.2. Separação facultativa de processos	595	1.20. Cadeia de custódia das provas	625
1.6.2.1. Infrações praticadas em cir- cunstâncias de tempo ou de lugar di- ferentes	597	2. Ônus da prova	627
1.6.2.2. Excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão pro- visória	597	2.1. Conceito	627
1.6.2.3. Motivo relevante pelo qual o juiz reputa conveniente a separação	598	2.2. Ônus da prova perfeito e menos perfeito.	627
1.7. Perpetuação da competência nas hipó- teses de conexão e continência	598	2.3. Ônus da prova objetivo e subjetivo	628
2. Prorrogação de competência	600	2.4. Distribuição do ônus da prova no pro- cesso penal.....	629
3. Perpetuação de competência.....	601	2.4.1. Ônus da prova da acusação e da defesa	629
TÍTULO 5 • PROVAS	605	2.4.2. Ônus da prova exclusivo da acu- sação	631
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DAS PROVAS.....	605	2.5. Inversão do ônus da prova	633
1. Terminologia da prova.....	605	3. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado	634
1.1. Acepções da palavra prova.....	605	3.1. Iniciativa probatória do juiz na fase in- vestigatória.....	634
		3.2. Iniciativa probatória do juiz no curso do processo penal	635
		4. Sistemas de avaliação da prova.....	637
		4.1. Sistema da íntima convicção do magis- trado	637
		4.2. Sistema da prova tarifada	638
		4.3. Sistema do convencimento motivado (persuasão racional do juiz)	639

5. Da prova ilegal.....	641	6.6. Princípio do favor rei.....	674
5.1. Limitações ao direito à prova.....	641	CAPÍTULO II – MEIOS DE PROVA E MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA EM ESPÉCIE	
5.1.1. Provas ilícitas e ilegítimas.....	642	1. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	674
5.1.2. Tratamento da (in) admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas.....	644	1.1. Corpo de delito.....	674
5.2. Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada).....	646	1.2. Exame de corpo de delito e outras perícias	675
5.3. Limitações à prova ilícita por derivação....	649	1.3. Laudo pericial.....	676
5.3.1. Da teoria da fonte independente....	649	1.3.1. Momento para a juntada do laudo pericial.....	677
5.3.2. Teoria da descoberta inevitável	650	1.3.2. Sistemas de apreciação dos laudos periciais.....	678
5.3.3. Limitação da mancha purgada (vícios sanados ou tinta diluída).....	652	1.3.3. Laudo pericial e contraditório.....	678
5.3.4. Exceção da boa-fé	654	1.4. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito: infrações transeuntes e não transeuntes	678
5.3.5. A teoria do risco.....	654	1.5. Exame de corpo de delito direto e indireto.....	679
5.3.6. Limitação da destruição da mentira do imputado	655	1.5.1. Casuística.....	680
5.3.7. Doutrina da visão aberta.....	655	1.6. Ausência do exame de corpo de delito....	683
5.3.7.1. Teoria do encontro fortuito de provas (serendipidade) e crime achado...	656	1.7. Peritos: oficiais e não oficiais.....	684
5.3.8. Limitação da renúncia do interessado.....	658	1.7.1. Número de peritos.....	685
5.3.9. A limitação da infração constitucional alheia	659	1.8. Assistente técnico.....	687
5.3.10. A limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial.....	659	1.9. Autópsia e exumação para exame cadavérico.....	688
5.4. Inutilização da prova ilícita.....	660	1.10. Laudo pericial complementar no crime de lesões corporais.....	688
5.4.1. Inutilização da prova ilícita no Tribunal do Júri.....	662	1.11. Exame pericial de local de crime.....	689
5.5. Descontaminação do julgado	663	1.12. Perícias de laboratório	689
6. Princípios relativos à prova penal	663	1.13. Exame pericial para avaliação do prejuízo causado pelo delito.....	689
6.1. Princípio da proporcionalidade	663	1.14. Exame pericial nos casos de incêndio....	690
6.1.1. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita pro reo.....	663	1.15. Exame pericial para reconhecimento de escritos.....	690
6.1.2. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita pro societate.....	664	1.16. Exame pericial dos instrumentos do crime	690
6.2. Princípio da comunhão da prova	667	1.17. Exame pericial por meio de carta precatória	690
6.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes	667	2. Interrogatório judicial.....	691
6.4. Princípio da oralidade	667	2.1. Conceito	691
6.4.1. Princípio da identidade física do juiz	668	2.2. Natureza jurídica	691
6.4.1.1. Magistrados instrutores e princípio da identidade física do juiz.....	670	2.3. Momento para a realização do interrogatório	692
6.5. Princípio da liberdade probatória	671	2.4. Condução coercitiva	694
6.5.1. Liberdade probatória quanto ao momento da prova.....	672	2.5. Foro competente para a realização do interrogatório	696
6.5.2. Liberdade probatória quanto ao tema da prova	672	2.6. Ausência do interrogatório.....	696
6.5.3. Liberdade probatória quanto aos meios de prova.....	672	2.7. Características do interrogatório.....	697
		2.7.1. Ato personalíssimo.....	697
		2.7.2. Ato contraditório.....	697

2.7.3. Ato assistido tecnicamente	698	5.5. Procedimento para a oitiva de testemunhas	725
2.7.4. Ato oral	699	5.5.1. Apresentação do rol de testemunhas	725
2.7.5. Ato individual	699	5.5.2. Intimação das testemunhas	726
2.7.6. Ato bifásico	700	5.5.3. Substituição de testemunhas	727
2.7.7. Ato protegido pelo direito ao silêncio	700	5.5.4. Desistência da oitiva de testemunhas	727
2.7.8. Liberdade de autodeterminação	701	5.5.5. Incomunicabilidade das testemunhas	728
2.7.9. Ato público	703	5.5.6. Retirada do acusado da sala de audiência	728
2.7.10. Ato realizável a qualquer momento, antes do trânsito em julgado	703	5.5.7. Assunção do compromisso de dizer a verdade	729
2.8. Local da realização do interrogatório	704	5.5.8. Qualificação da testemunha	729
2.9. Nomeação de curador	705	5.5.9. Contradita e arguição de parcialidade da testemunha	730
2.10. Interrogatório por videoconferência	705	5.5.10. Colheita do depoimento: exame direto (direct-examination) e exame cruzado (cross-examination)	730
2.10.1. Breve histórico da Lei nº 11.900/09: a Lei paulista nº 11.819/05	705	5.5.11. Inversão da ordem de oitiva das testemunhas	733
2.10.2. A entrada em vigor da Lei nº 11.900/09	706	5.6. Direito ao confronto e produção de prova testemunhal incriminadora	734
2.10.3. Finalidades do uso da videoconferência	708	5.6.1. Testemunhas anônimas e direito ao confronto	736
2.10.4. Intimação das partes da realização da videoconferência	709	5.6.2. Testemunhas ausentes e direito ao confronto	738
2.10.5. Direito de presença remota do acusado aos demais atos da audiência una de instrução e julgamento	709	6. Reconhecimento de pessoas e coisas	739
2.10.6. Direito de entrevista prévia e reservada com o defensor	709	6.1. Conceito e natureza jurídica	739
2.10.7. Da (in) constitucionalidade do interrogatório por videoconferência	710	6.2. Procedimento	740
3. Confissão	711	6.3. Reconhecimento fotográfico e fonográfico	740
3.1. Conceito	711	7. Acreação	741
3.2. Classificação da confissão	712	7.1. Conceito e natureza jurídica	741
3.3. Características da confissão	712	7.2. Procedimento probatório	742
3.4. Valor probatório da confissão	713	7.3. Valor probatório	743
3.5. Circunstância atenuante da confissão	713	8. Prova documental	743
4. Declarações do ofendido	714	8.1. Conceito e espécies	743
5. Prova testemunhal	715	8.2. Produção da prova documental	744
5.1. Conceito de testemunha e sua natureza jurídica	715	8.3. Tradução de documentos em língua estrangeira	746
5.2. Características da prova testemunhal	715	8.4. Restituição de documentos	746
5.3. Deveres das testemunhas	717	9. Índícios	746
5.3.1. Dever de depor	717	10. Busca e apreensão	746
5.3.2. Dever de comparecimento	718	10.1. Conceito e natureza jurídica	746
5.3.3. Dever de prestar o compromisso de dizer a verdade	721	10.2. Iniciativa e decretação	747
5.3.4. Dever de comunicar mudança de residência	722	10.3. Objeto	748
5.4. Espécies de testemunhas	722	10.4. Espécies de busca	750
5.4.1. Testemunhas vulneráveis e depoimento sem dano (depoimento especial)	724	10.4.1. Busca domiciliar	750
		10.4.1.1. Mandado de busca e apreensão	755

10.4.1.2. Execução da busca domiciliar	756	11.11.1. Encontro fortuito de diálogos mantidos com autoridade dotada de foro por prerrogativa de função e momento adequado para a remessa dos autos ao Tribunal competente	790
10.4.1.3. Descoberta de outros elementos probatórios e teoria do encontro fortuito de provas.....	757	11.12. Procedimento.....	792
10.4.2. Busca pessoal.....	758	11.13. Decretação da interceptação telefônica de ofício pelo juiz.....	793
11. Interceptação telefônica.....	759	11.14. Segredo de justiça	794
11.1. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	759	11.15. Duração da interceptação	794
11.2. Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96..	760	11.16. Execução da interceptação telefônica...	796
11.3. Conceito de interceptação	762	11.17. Incidente de inutilização da gravação que não interessar à prova.....	799
11.4. Interceptação e escuta ambiental.....	764	11.18. Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça	800
11.5. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais).....	766	11.19. Caso Escher e outros (Corte Interamericana de Direitos Humanos).....	801
11.6. Comunicações telefônicas de qualquer natureza.....	769	12. Quebra do sigilo de dados bancários, financeiros e fiscais	801
11.6.1. Gerações de provas (trilogia Olmstead-Katz-Kyllo) e (des) necessidade de autorização judicial para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos.	771	13. Colaboração premiada	807
11.6.1.1. Direito probatório de 1ª geração: o caso Olmstead	771	13.1. Origem e conceito.....	807
11.6.1.2. Direito probatório de 2ª geração: o caso Katz.....	772	13.2. Distinção entre colaboração premiada e delação premiada (chamamento de corrêu).	808
11.6.1.3. Direito probatório de 3ª geração: o caso Kyllo	772	13.3. Ética e moral.....	810
11.6.1.4. (Des) necessidade de autorização judicial prévia para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos	773	13.4. Direito ao silêncio.....	810
11.7. Quebra do sigilo de dados telefônicos....	775	13.5. Previsão normativa.....	811
11.8. Finalidade da interceptação telefônica: obtenção de elementos probatórios em investigação criminal ou instrução processual penal.....	776	13.5.1. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99)	815
11.9. Requisitos para a interceptação telefônica.....	778	13.5.2. Nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13).....	816
11.9.1. Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente (teoria do juízo aparente)	779	13.6. Voluntariedade e motivação da colaboração.....	818
11.9.1.1. Da fundamentação da decisão...	782	13.7. Eficácia objetiva da colaboração premiada.....	819
11.9.2. Índícios razoáveis de autoria ou participação.....	783	13.8. Prêmios legais	821
11.9.3. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.....	784	13.9. Natureza jurídica da colaboração premiada.....	827
11.9.4. Infração penal punida com pena de reclusão (crime de catálogo).....	785	13.10. Valor probatório da colaboração premiada: regra da corroboração.....	828
11.9.5. Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da interceptação	786	13.11. Acordo de colaboração premiada	830
11.10. Sigilo profissional do advogado.....	787	13.11.1. Legitimidade para a celebração do acordo de colaboração premiada	832
11.11. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos (serendipidade).....	788	13.11.2. Retratação do acordo.....	835
		13.11.2.1. Distinção entre retratação, rescisão e anulação do acordo de colaboração premiada	836
		13.11.3. Intervenção do juiz.....	837
		13.11.4. Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada	841
		13.11.5. Publicidade do acordo de colaboração premiada	843
		14. Ação controlada	843

14.1. Conceito e previsão legal	843	5.5. Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas cautelares	882
14.2. (Des) necessidade de prévia autorização judicial.....	845	5.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas cautelares.....	885
14.3. Flagrante prorrogado, retardado ou diferido	847	5.7. Recursos cabíveis.....	888
14.4. Entrega vigiada	848	5.7.1. Em favor da acusação.....	888
15. Infiltração de agentes.....	849	5.7.2. Em favor do acusado.....	889
15.1. Conceito e previsão normativa	849	5.8. Duração e extinção das medidas cautelares de natureza pessoal.....	890
15.2. Atribuição para a infiltração: agentes de polícia	851	5.9. Detração	890
15.2.1. (Im) possibilidade de infiltração de particulares	851		
15.3. Requisitos para a infiltração.....	852	CAPÍTULO II – PRISÃO	892
15.4. Duração da infiltração	854	1. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional.....	892
15.5. Agente infiltrado e agente provocador (entrapment doctrine ou teoria da armadilha)	855	2. Espécies de prisão	893
15.6. Sustação da operação	857	3. Prisão Extrapenal.....	893
15.7. Responsabilidade criminal do agente infiltrado.....	857	3.1. Prisão civil	893
		3.1.1. Prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel	893
		3.1.2. Prisão do falido	895
		3.2. Prisão administrativa.....	896
		3.2.1. Prisão do estrangeiro para fins de extradição, expulsão e deportação	898
		3.3. Prisão militar	900
		3.3.1. Da prisão militar em virtude de transgressão disciplinar.....	900
		3.3.2. Da prisão militar em virtude de crime propriamente militar.....	901
		4. Prisão penal (carcer ad poenam)	903
		5. Prisão Cautelar (carcer ad custodiam)	904
		6. Momento da prisão.....	906
		6.1. Inviolabilidade do domicílio	906
		6.2. Conceito de dia	906
		6.3. Cláusula de reserva de jurisdição.....	906
		6.4. Momento da prisão e Código Eleitoral	907
		7. Imunidades prisionais	907
		7.1. Presidente da República e Governadores de Estado.....	907
		7.2. Imunidade diplomática	908
		7.3. Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais	910
		7.4. Magistrados e membros do Ministério Público.....	912
		7.5. Advogados.....	913
		7.6. Menores de 18 anos.....	914
		8. Prisão e emprego de força	914
		8.1. Instrumentos de menor potencial ofensivo (ou não letais)	915
		9. Mandado de prisão	915
		9.1. Cumprimento do mandado de prisão	918
TÍTULO 6 • DAS MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL	859		
CAPÍTULO I – DAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	859		
1. A tutela cautelar no processo penal	859		
1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	861		
2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal.....	863		
2.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade).....	864		
2.2. Da jurisdicionalidade (princípio tácito ou implícito da individualização da prisão e não somente da pena)	864		
2.2.1. Da vedação da prisão ex lege.....	866		
2.3. Da proporcionalidade.....	867		
3. Pressupostos das medidas cautelares: fumus commissi delicti e periculum libertatis.....	872		
4. Características das medidas cautelares.....	875		
5. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal	877		
5.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares	877		
5.2. Decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício	877		
5.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar.....	878		
5.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares	880		

9.2. Difusão vermelha (red notice)	924	7.2. Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante	959
9.2.1. Difusão vermelha a ser executada no exterior.....	924	7.3. Flagrante presumido, ficto ou assimilado .	960
9.2.2. Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil.....	924	7.4. Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador.....	961
10. Prisão Especial e separação de presos provisórios.....	925	7.5. Flagrante esperado.....	962
10.1. Prisão de Índios.....	929	7.5.1. Venda simulada de droga.....	963
11. Sala de Estado-Maior	930	7.6. Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada	964
CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS ATINENTES À TUTELA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO	932	7.7. Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido.....	965
1. Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito.....	932	8. Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes.....	965
2. Do respeito à integridade física e moral do preso.....	933	8.1. Prisão em flagrante em crime permanente	965
2.1. Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia.....	934	8.2. Prisão em flagrante em crime habitual.....	966
2.2. Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas.....	937	8.3. Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada.....	967
2.2.1. Vedação ao uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato.....	938	8.4. Prisão em flagrante em crimes formais	967
2.3. Caso Damião Ximenes Lopes	939	8.5. Prisão em flagrante em crime contínuo (flagrante fracionado)	968
3. Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público.....	939	9. Flagrante e apresentação espontânea do agente.....	968
4. Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada	941	10. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito	969
5. Do direito ao silêncio (nemo tenetur se detegere)	942	10.1. Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante	970
6. Da assistência de advogado ao preso	942	10.2. Condutor e testemunhas.....	971
7. Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial	945	10.3. Interrogatório do preso	972
8. Do relaxamento da prisão ilegal.....	946	10.4. Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito	974
9. Audiência de custódia (ou de apresentação).....	948	10.5. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito	974
CAPÍTULO IV – DA PRISÃO EM FLAGRANTE	953	10.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo)	974
1. Conceito de prisão em flagrante	953	10.7. Recolhimento à prisão.....	975
2. Funções da prisão em flagrante.....	953	10.8. Remessa do auto à autoridade competente	975
3. Fases da prisão em flagrante.....	954	10.9. Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária.....	976
4. Natureza jurídica da prisão em flagrante delito..	955	10.10. Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, se o atuado não informar o nome de seu advogado.....	976
5. Sujeito ativo da prisão em flagrante	957	10.11. Nota de culpa	976
5.1. Flagrante facultativo.....	957	11. Convalidação judicial da prisão em flagrante....	977
5.2. Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo	958	11.1. Relaxamento da prisão em flagrante ilegal	978
6. Sujeito passivo do flagrante	958	11.2. Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária)	978
7. Espécies de flagrante.....	958		
7.1. Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro	959		

11.3. Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão	982
CAPÍTULO V – DA PRISÃO PREVENTIVA.....	983
1. Conceito de prisão preventiva	983
2. Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações	984
3. Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal	986
3.1. Concessão antecipada de benefícios prisionais ao preso cautelar	987
4. Iniciativa para a decretação da prisão preventiva.....	988
4.1. Decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício	988
4.2. Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva.....	988
5. Pressupostos	989
5.1. <i>Fumus commissi delicti</i>	989
5.2. <i>Periculum libertatis</i>	990
5.2.1. Garantia da ordem pública.....	991
5.2.2. Garantia da ordem econômica.....	995
5.2.3. Garantia de aplicação da lei penal ..	997
5.2.3.1. Prisão de estrangeiros e garantia de aplicação da lei penal.....	998
5.2.4. Conveniência da instrução criminal	1000
5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares	1001
6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva.....	1001
6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos.....	1001
6.2. Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal	1003
6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência	1003
6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento	1006
7. Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e de culpabilidade	1008
8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa.....	1009
8.1. Noções introdutórias.....	1009
8.2. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão do processo quando o acusado estiver preso	1011
8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade.	1014
8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo.....	1014
8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa..	1016
8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: mitigação das súmulas 21 e 52 do STJ	1017
8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento	1018
8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão	1019
8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo.....	1019
8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena	1019
8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal.....	1020
8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto	1020
9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva.....	1021
9.1. Fundamentação per relationem.....	1023
10. Revogação da prisão preventiva.....	1024
11. Apresentação espontânea do acusado	1024
12. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar	1025
CAPÍTULO VI – DA PRISÃO TEMPORÁRIA.....	1026
1. Origem.....	1026
2. Conceito de prisão temporária	1028
3. Requisitos	1028
3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações	1030
3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado	1031
3.3. Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90.....	1032
4. Do procedimento	1038
5. Prazo.....	1039
6. Direitos e garantias do preso temporário	1040
CAPÍTULO VII – DAS PRISÕES DECORRENTES DE PRONÚNCIA E DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL.....	1041
1. Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorrível ..	1041
CAPÍTULO VIII – DA PRISÃO DOMICILIAR.....	1048
1. Da prisão domiciliar	1048

1.1. Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova	1050
1.2. Fiscalização da prisão domiciliar	1054
1.3. Saídas controladas.....	1055
1.4. Utilização da prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão preventiva.	1055
1.5. Detração	1056
CAPÍTULO IX – DAS MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL DIVERSAS DA PRISÃO	1057
1. Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal	1057
2. Comparecimento periódico em juízo	1058
3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	1059
4. Proibição de manter contato com pessoa determinada.....	1061
5. Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País	1062
6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	1063
7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	1064
8. Internação provisória	1069
9. Fiança	1072
10. Monitoração eletrônica.....	1073
11. Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial....	1076
12. Poder geral de cautela no processo penal	1079
CAPÍTULO X – DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	1082
1. Conceito	1082
2. Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar	1085
2.1. Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória	1086
3. Espécies de liberdade provisória.....	1087
4. Liberdade provisória sem fiança	1087
4.1. Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto.....	1087
4.2. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes.....	1088
4.3. Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único)	1090
4.4. Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza	1092
5. Liberdade provisória com fiança	1093
5.1. Conceito e natureza jurídica da fiança	1093
5.2. Momento para a concessão da fiança	1094
5.3. Concessão de fiança pela autoridade policial	1095
5.4. Valor da fiança.....	1096
5.5. Infrações inafiançáveis	1097
5.5.1. Infrações inafiançáveis que passaram a admitir fiança após a Lei nº 12.403/11	1097
5.5.1.1. Crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada fosse superior a 2 (dois) anos (antiga redação do art. 323, I).....	1097
5.5.1.2. Contravenções tipificadas no art. 59 e no revogado art. 60 da Lei das Contravenções Penais (antiga redação do art. 323, II).....	1097
5.5.1.3. Crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade, se o réu já tivesse sido condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado (antiga redação do art. 323, III)	1098
5.5.1.4. Em qualquer caso, se houvesse no processo prova de ser o réu vadio (revogado inciso IV do art. 323)	1098
5.5.1.5. Crimes punidos com reclusão, que provocassem clamor público ou que tivessem sido cometidos com violência contra a pessoa ou grave ameaça (revogado inciso V do art. 323).....	1099
5.5.1.6. Preso em gozo de suspensão condicional da pena ou de livramento condicional	1099
5.5.2. Racismo	1099
5.5.3. Crimes hediondos, tráfico de drogas, terrorismo e tortura	1099
5.5.4. Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático	1100
5.5.5. Anterior quebramento de fiança no mesmo processo ou descumprimento das obrigações dos arts. 327 e 328 do CPP	1100
5.5.6. Prisão civil ou militar.....	1100
5.5.7. Presença das hipóteses que autorizam a prisão preventiva.....	1101
5.6. Obrigações processuais.....	1101
5.7. Incidentes relativos à fiança.....	1101
5.7.1. Quebramento da fiança	1101
5.7.2. Fiança definitiva	1103
5.7.3. Perda da fiança.....	1103
5.7.4. Cassação da fiança	1103
5.7.5. Reforço da fiança.....	1104

5.7.6. Fiança sem efeito (inidoneidade da fiança).....	1104	3.1. Conceito	1140
5.7.7. Dispensa da fiança	1105	3.2. Exceções ou objeções.....	1140
5.7.8. Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança	1105	3.3. Classificação das exceções	1141
5.7.9. Destinação da fiança	1105	3.3.1. Quanto à natureza.....	1141
5.7.10. Execução da fiança	1106	3.3.2. Quanto aos efeitos	1141
6. Liberdade provisória obrigatória	1107	3.3.3. Quanto à forma de processamento	1142
7. Liberdade provisória proibida	1107	3.4. Natureza Jurídica.....	1142
8. Liberdade provisória com vinculação.....	1116	3.5. Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade	1143
9. Liberdade provisória sem vinculação.....	1117	3.5.1. Procedimento da exceção de suspeição (impedimento e incompatibilidade)	1143
10. Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público	1117	3.5.1.1. Reconhecimento de ofício da suspeição.....	1143
11. Liberdade provisória e recursos	1118	3.5.1.2. Oposição da exceção de suspeição	1144
12. Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar	1119	3.5.1.3. Apreciação da exceção de suspeição pelo juiz excepto.....	1146
13. Menagem	1122	3.5.1.4. Julgamento da exceção de suspeição pelo Tribunal competente	1147
		3.5.1.5. Recursos cabíveis	1147
TÍTULO 7 • QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	1125	3.5.2. Suspeição nos Tribunais de 2ª instância e nos Tribunais Superiores.....	1148
1. Noções gerais	1125	3.5.3. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	1148
2. Questões prejudiciais	1125	3.5.4. Suspeição de serventuários, de funcionários da justiça, peritos e intérpretes	1149
2.1. Conceito e natureza jurídica.....	1126	3.5.5. Suspeição dos jurados.....	1150
2.2. Características	1127	3.5.6. Suspeição da autoridade policial	1150
2.3. Distinção entre questões prejudiciais e questões preliminares.....	1128	3.6. Exceção de incompetência.....	1151
2.4. Classificação das questões prejudiciais.....	1129	3.6.1. Do procedimento da exceção de incompetência.....	1151
2.4.1. Quanto à Natureza	1129	3.6.2. Arguição da incompetência antes do início do processo	1151
2.4.2. Quanto à competência.....	1131	3.6.3. Recursos cabíveis.....	1153
2.4.3. Quanto aos efeitos	1131	3.7. Exceção de ilegitimidade.....	1153
2.4.4. Quanto ao grau de influência da questão prejudicial sobre a prejudicada ...	1132	3.7.1. Ilegitimidade ad causam e ad processum	1153
2.5. Sistemas de Solução.....	1132	3.7.2. Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte.....	1153
2.6. Questões prejudiciais devolutivas absolutas (heterogêneas relativas ao estado civil das pessoas)	1133	3.7.3. Recursos cabíveis.....	1154
2.6.1. Pressupostos	1133	3.8. Exceção de litispêndência	1154
2.6.2. Consequências	1135	3.8.1. Procedimento da exceção de litispêndência	1155
2.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas (heterogêneas não relativas ao estado civil das pessoas)	1136	3.8.2. Recursos cabíveis.....	1155
2.7.1. Pressupostos	1136	3.9. Exceção de coisa julgada	1155
2.7.2. Consequências	1137	3.9.1. Conceito de coisa julgada.....	1155
2.8. Recursos cabíveis.....	1138	3.9.2. Coisa julgada formal e material	1156
2.9. Decisão cível acerca da questão prejudicial heterogênea e sua influência no âmbito criminal.....	1139	3.9.3. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada	1156
2.10. Princípio da suficiência da ação penal	1139	3.9.4. Limites da coisa julgada	1157
3. Exceções	1140		

3.9.4.1. Limites objetivos	1157	8.3. Recurso adequado.....	1218
3.9.4.2. Limites subjetivos.....	1159	8.4. Suspensão do processo principal.....	1219
3.9.5. Duplicidade de sentenças condenatórias com trânsito em julgado	1160	8.5. Coisa julgada	1219
3.9.6. Procedimento da exceção de coisa julgada	1160	9. Incidente de insanidade mental.....	1220
4. Conflito de competência	1160	9.1. Instauração do incidente.....	1221
5. Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público	1167	9.2. Procedimento	1222
6. Restituição de coisas apreendidas	1170	9.3. Conclusão do incidente de insanidade mental	1225
6.1. Apreensão	1170	9.3.1. Durante o processo judicial.....	1226
6.2. Vedações e restrições à restituição de coisas apreendidas.....	1172	9.3.2. Durante o curso do inquérito policial	1231
6.2.1. Destinação das coisas apreendidas não restituídas	1174	9.3.3. Durante a execução penal.....	1232
6.3. Procedimento da restituição de coisas apreendidas.....	1175	TÍTULO 8 • SUJEITOS DO PROCESSO.....	1235
6.3.1. Recursos cabíveis.....	1178	1. Noções gerais	1235
7. Medidas assecuratórias.....	1179	2. Juiz.....	1235
7.1. Noções introdutórias.....	1179	2.1. Capacidade para ser juiz	1236
7.1.1. Jurisdicionalidade.....	1180	2.2. Escolha dos juízes.....	1236
7.1.2. Pressupostos	1180	2.3. Funções do juiz no processo penal	1238
7.1.3. Contraditório prévio.....	1181	2.3.1. Funções de ordem jurisdicional	1238
7.2. Sequestro	1182	2.3.1.1. Gestão da prova pelo magistrado	1239
7.2.1. Procedimento.....	1184	2.3.2. Funções de ordem administrativa... ..	1241
7.2.2. Defesa.....	1186	2.3.3. Funções anômalas.....	1242
7.2.3. Levantamento do sequestro	1191	2.4. Garantias e vedações dos juízes.....	1242
7.2.4. Destinação final do sequestro.....	1193	2.5. Imparcialidade do juiz	1243
7.3. Especialização e registro da hipoteca legal.....	1194	2.5.1. Impedimento.....	1243
7.3.1. Momento	1196	2.5.2. Suspeição	1247
7.3.2. Pressupostos	1197	2.5.3. Incompatibilidade.....	1249
7.3.3. Legitimidade.....	1197	3. Partes.....	1250
7.3.4. Procedimento	1199	4. Ministério Público	1252
7.3.5. Defesa.....	1201	4.1. (Im) parcialidade do Ministério Público	1253
7.3.6. Finalização	1202	4.2. Organização do Ministério Público.....	1255
7.4. Arresto prévio (ou preventivo).....	1203	4.3. Princípios institucionais do Ministério Público.....	1259
7.5. Arresto subsidiário de bens móveis	1204	4.3.1. Princípio do Promotor Natural.....	1261
7.5.1. Inscrição de hipoteca legal e arresto nos crimes de lavagem de capitais ..	1207	4.4. Garantias e vedações	1265
7.6. Alienação antecipada	1208	4.5. Impedimento e suspeição do órgão do Ministério Público	1267
7.6.1. Momento	1208	4.6. Promotor ad hoc	1268
7.6.2. Pressupostos	1209	5. Ofendido.....	1268
7.6.3. Legitimidade.....	1209	5.1. Ofendido como querelante.....	1269
7.6.4. Procedimento.....	1210	5.2. Ofendido como assistente da acusação	1270
7.7. Ação civil de confisco	1212	5.2.1. Natureza do interesse do assistente da acusação	1272
8. Incidente de falsidade	1214	5.2.2. Habilitação do ofendido como assistente da acusação	1274
8.1. Noções gerais	1214	5.2.3. Atribuições do assistente	1277
8.2. Procedimento do incidente de falsidade ..	1216	6. Acusado	1279
		6.1. Capacidade do acusado.....	1280

6.1.1. Menores de 18 (dezoito) anos	1280	6. Intimação e notificação	1317
6.1.2. Acusado inimputável	1280	6.1. Formas de intimação e notificação das partes	1317
6.1.3. Pessoa jurídica	1281	TÍTULO 10 • PROCESSO E PROCEDIMENTO	1323
6.1.4. Animais, mortos e seres inanimados	1281	CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1323
6.1.5. Acusado certo e individualizado	1282	1. Noções gerais	1323
6.1.6. Imunidade diplomática	1283	1.1. Procedimento e devido processo penal	1324
6.2. Autodefesa e presença do acusado	1283	1.2. Violação às regras procedimentais	1325
6.3. Contumácia do acusado	1284	2. Classificação do procedimento	1325
6.4. Direitos do acusado	1285	2.1. Classificação do procedimento comum	1326
7. Defensor.	1286	2.1.1. Concursos de crimes, qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena, agravantes e atenuantes	1328
7.1. Espécies de defensor	1286	3. Procedimento adequado no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a ritos distintos	1329
7.1.1. Defensoria Pública	1289	4. Antigo procedimento comum ordinário dos crimes punidos com reclusão	1330
7.2. Defesa técnica plena e efetiva	1291	CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO	1331
7.3. Abandono do processo pelo defensor	1292	1. Oferecimento da peça acusatória	1331
7.4. Impedimento do defensor	1293	2. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória	1331
8. Assistente da defesa	1293	2.1. Momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória	1332
TÍTULO 9 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	1295	3. Rejeição da peça acusatória	1333
1. Noções gerais	1295	3.1. Causas de rejeição	1333
2. Citação	1295	3.1.1. Inépcia da peça acusatória	1333
2.1. Efeitos da citação válida	1297	3.1.2. Falta de pressuposto processual	1334
2.2. Espécies de citação	1298	3.1.3. Falta de condições para o exercício da ação penal	1335
3. Citação pessoal	1298	3.1.4. Falta de justa causa (suporte probatório mínimo) para o exercício da ação penal	1336
3.1. Citação por mandado	1298	3.2. Rejeição parcial da peça acusatória	1336
3.2. Citação por carta precatória	1300	3.3. Recurso cabível contra a rejeição da peça acusatória	1337
3.3. Citação do militar	1301	4. Recebimento da peça acusatória	1337
3.4. Citação de funcionário público	1302	4.1. (Des) necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória	1338
3.5. Citação de acusado preso	1302	4.2. Consequências do recebimento da peça acusatória	1339
3.6. Citação de acusado no estrangeiro	1303	4.3. Recurso cabível contra o recebimento da peça acusatória	1339
3.7. Citação em legações estrangeiras	1304	5. Citação do acusado	1340
3.8. Citação mediante carta de ordem	1305	6. Reação defensiva à peça acusatória	1340
4. Citação por edital	1305	6.1. Extinta defesa prévia	1341
4.1. Hipóteses que autorizam a citação por edital	1306	6.2. Defesa preliminar	1341
4.2. Suspensão do processo e da prescrição (art. 366 do CPP)	1308		
4.2.1. Art. 366 do CPP e sua aplicação na Justiça Militar	1309		
4.2.2. Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição	1310		
4.2.3. Produção antecipada de provas urgentes	1311		
4.2.4. Prisão preventiva	1312		
4.2.5. Comparecimento do acusado	1313		
4.2.6. Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais	1313		
5. Citação por hora certa	1314		

6.2.1. Procedimentos em que há previsão legal de defesa preliminar	1342
6.2.2. Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar	1344
6.2.3. Defesa preliminar e necessidade de apresentação concomitante da resposta à acusação	1345
6.3. Resposta à acusação	1347
6.4. Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação	1350
7. Revelia	1351
8. Possível oitiva da acusação	1353
9. Absolvição sumária	1354
9.1. Julgamento antecipado da lide no processo penal	1354
9.2. Causas de absolvição sumária no procedimento comum	1355
9.3. Inimputável do art. 26, caput, do CP	1356
9.4. Grau de convencimento necessário para a absolvição sumária	1356
9.5. Distinção entre a absolvição sumária do procedimento comum e a da 1ª fase do procedimento do júri	1357
9.6. Coisa julgada	1357
9.7. Recurso adequado	1357
10. Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo	1358
11. Designação da audiência	1359
12. Audiência una de instrução e julgamento	1361
12.1. Da instrução probatória em audiência	1361
12.2. Indeferimento de provas ilícitas, irrelevantes, impertinentes ou protelatórias	1361
12.3. Diligências	1363
12.4. Mutatio libelli: eventual necessidade de aditamento	1364
12.5. Alegações orais	1365
12.5.1. Conteúdo das alegações orais	1366
12.5.2. Ordem de apresentação das alegações orais	1367
12.5.3. Substituição das alegações orais por memoriais	1367
12.5.4. Não apresentação de alegações orais ou memoriais pelas partes	1368
12.6. Sentença	1369
12.7. Registro da audiência	1369

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO 1370

1. Noções gerais	1370
2. Distinção entre o procedimento comum ordinário e o procedimento comum sumário	1371

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI 1372

1. Princípios constitucionais do júri	1372
1.1. Plenitude de defesa	1372
1.2. Sigilo das votações	1374
1.2.1. Sala especial	1374
1.2.2. Incomunicabilidade dos jurados	1375
1.2.3. Votação unânime	1376
1.3. Soberania dos veredictos	1376
1.3.1. Cabimento de apelação contra decisões do Júri	1377
1.3.2. Cabimento de revisão criminal contra decisões do Júri	1378
1.3.3. Execução provisória de decisão condenatória proferida pelo Tribunal do Júri, independentemente do julgamento de eventual recurso de apelação pelo juízo ad quem	1378
1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	1380
2. Procedimento bifásico do Tribunal do Júri	1382
3. Iudicium accusationis (ou sumário da culpa)	1382
3.1. Alegações orais	1385
4. Impronúncia	1387
4.1. Natureza jurídica e coisa julgada	1387
4.2. Provas novas e oferecimento de outra peça acusatória	1388
4.3. Infração conexa	1388
4.4. Despronúncia	1388
4.5. Recurso cabível	1389
5. Desclassificação do delito	1390
5.1. Nova capitulação legal	1391
5.2. Procedimento a ser observado pelo juízo singular competente	1392
5.3. Infração conexa	1393
5.4. Situação do acusado preso	1393
5.5. Recurso cabível	1394
5.6. Conflito de competência	1395
6. Absolvição sumária	1397
6.1. Inimputável do art. 26, caput, do CP	1397
6.2. Juízo de certeza	1398
6.3. Infração conexa	1399
6.4. Natureza jurídica e coisa julgada	1400
6.5. Recurso cabível	1400
6.5.1. Recurso de ofício	1401
7. Pronúncia	1402
7.1. Pressupostos	1402
7.2. Natureza jurídica	1403
7.3. Regra probatória: in dubio pro societate (ou in dubio pro reo)	1403

7.4. Fundamentação e eloquência acusatória .	1405
7.5. Emendatio e mutatio libelli.....	1407
7.6. Conteúdo da pronúncia.....	1409
7.7. Infrações conexas.....	1410
7.8. Constatação do envolvimento de outras pessoas como coautores ou partícipes.....	1410
7.9. Efeitos da pronúncia.....	1411
7.9.1. Decretação da prisão preventiva ou imposição de medidas cautelares diversas da prisão.....	1412
7.10. Intimação da pronúncia.....	1413
7.11. Recurso cabível.....	1415
8. Desaforamento.....	1415
8.1. Legitimidade para o requerimento de desaforamento.....	1416
8.2. Momento para o desaforamento.....	1416
8.3. Hipóteses que autorizam o desafora- mento.....	1417
8.4. Aceleração de julgamento.....	1418
8.5. Crimes conexos e coautores.....	1418
8.6. Comarca (ou subseção judiciária) para a qual o processo será desaforado.....	1419
8.7. Efeito suspensivo.....	1419
8.8. Recursos.....	1419
8.9. Reaforamento.....	1420
8.10. Competência para a execução provisória	1420
9. Preparação do processo para julgamento pelo Tribunal do Júri.....	1420
9.1. Ordenamento do processo.....	1421
9.2. Ordem do julgamento.....	1423
9.3. Habilitação do assistente do Ministério Público.....	1423
10. Organização do Júri.....	1423
10.1. Requisitos para ser jurado.....	1424
10.2. Recusa injustificada.....	1427
10.3. Direitos dos jurados.....	1427
10.4. Escusa de consciência.....	1428
11. Sessão de julgamento.....	1429
11.1. Reunião periódica.....	1429
11.2. Ausências.....	1429
11.2.1. Ausência do órgão do Ministério Público.....	1429
11.2.2. Ausência do advogado de defesa..	1429
11.2.3. Ausência do acusado solto.....	1431
11.2.4. Ausência do acusado preso.....	1432
11.2.5. Ausência do advogado do assis- tente de acusação.....	1432
11.2.6. Ausência do advogado do que- relante.....	1432
11.2.7. Ausência de testemunhas.....	1433
11.2.8. Ausência do juiz presidente.....	1434
11.3. Verificação da presença de, pelo me- nos, 15 jurados.....	1435
11.3.1. Empréstimo de jurados.....	1435
11.4. Suspeição, impedimento e incompati- bilidade.....	1436
11.4.1. Dos jurados.....	1436
11.4.2. Do juiz-presidente.....	1438
11.4.3. Do órgão do Ministério Público....	1438
11.5. Composição do Conselho de Sentença... ..	1438
11.5.1. Recusas motivadas, imotivadas (ou peremptórias) e estouro de urna.....	1439
11.5.2. Tomada do compromisso dos jurados.....	1441
11.6. Instrução em plenário.....	1441
11.6.1. Leitura de peças.....	1442
11.6.2. Interrogatório do acusado.....	1444
11.6.2.1. Uso de algemas.....	1444
11.7. Debates.....	1445
11.7.1. Réplica e tréplica.....	1447
11.7.1.1. Inovação na tréplica.....	1448
11.7.2. Exibição e leitura de documen- tos em plenário.....	1449
11.7.3. Argumento de autoridade.....	1451
11.7.4. Direito ao aparte.....	1452
11.7.5. Sociedade indefesa.....	1452
11.7.6. Acusado indefeso.....	1453
11.8. Esclarecimentos aos jurados e possível dissolução do Conselho de Sentença.....	1455
12. Quesitação.....	1456
12.1. Leitura dos quesitos.....	1457
12.2. Votação.....	1458
12.3. Ordem dos quesitos.....	1460
12.4. Questões diversas.....	1466
12.4.1. Absolvição imprópria.....	1466
12.4.2. Falso testemunho em plenário.....	1466
12.4.3. Agravantes e atenuantes.....	1467
12.4.4. Concurso de crimes e homicí- dio praticado por milícia privada ou por grupo de extermínio.....	1469
13. Desclassificação.....	1469
13.1. Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo.....	1471
13.2. Desclassificação e crimes conexos.....	1472
14. Sentença.....	1473
14.1. Sentença absolutória.....	1473
14.2. Sentença condenatória.....	1474
14.3. Ata.....	1474
14.4. Atribuições do juiz presidente.....	1474

CAPÍTULO V – PROCEDIMENTO COMUM**SUMARÍSSIMO..... 1475**

1. Constituição Federal e Juizados Especiais Criminais	1475
2. Competência dos Juizados Especiais Criminais ...	1478
2.1. Conceito de infração de menor potencial ofensivo.....	1478
2.1.1. Princípio da insignificância e infração de médio potencial ofensivo.....	1480
2.2. Excesso de acusação	1481
2.3. Estatuto do Idoso	1482
2.4. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1482
2.5. Crimes eleitorais.....	1483
2.6. Violência doméstica e familiar contra a mulher e aplicação da Lei nº 9.099/95	1483
2.7. Aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar	1484
2.8. Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo	1485
2.9. Causas de modificação da competência dos Juizados	1486
2.10. Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa	1488
2.11. Competência territorial	1489
2.11.1. Juizados Especiais Itinerantes	1489
3. Termo Circunstanciado	1490
4. Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo	1492
4.1. Afastamento do lar nos casos de violência doméstica.....	1493
5. Fase preliminar dos Juizados.....	1494
5.1. Composição dos danos civis.....	1494
5.2. Oferecimento de representação	1496
5.3. Transação penal.....	1497
5.3.1. Pressupostos de admissibilidade da transação penal	1497
5.3.2. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal	1500
5.3.3. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal	1502
5.3.4. Momento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	1502
5.3.5. Descumprimento injustificado da transação penal.....	1504
5.3.6. Recurso.....	1507
6. Análise do procedimento comum sumaríssimo..	1507
6.1. Oferecimento da peça acusatória	1508
6.2. Defesa Preliminar	1510

6.3. Rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	1510
6.4. Citação do acusado	1511
6.5. Resposta à acusação	1512
6.6. Possibilidade de absolvição sumária	1513
6.7. Audiência de instrução e julgamento.....	1513
7. Sistema recursal no âmbito dos Juizados e julgamento pelas turmas recursais	1514
7.1. Apelação nos Juizados.....	1515
7.2. Embargos de declaração nos Juizados	1516
7.3. Recurso Extraordinário	1517
7.4. Recurso Especial.....	1518
7.5. Habeas corpus.....	1518
7.6. Mandado de segurança.....	1518
7.7. Revisão criminal	1519
8. Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	1519
9. Suspensão condicional do processo.....	1520
9.1. Conceito e natureza jurídica.....	1520
9.2. Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo	1521
9.3. Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada	1524
9.4. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo.....	1525
9.5. Momento para a aceitação da proposta ...	1526
9.5.1. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	1526
9.6. Aceitação da proposta.....	1527
9.7. Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão.....	1529
9.8. Condições da suspensão condicional do processo	1530
9.9. Revogação da suspensão condicional do processo	1532
9.9.1. Revogação obrigatória.....	1532
9.9.2. Revogação facultativa.....	1533
9.10. Extinção da punibilidade	1533
9.11. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais.....	1534
10. Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	1535

TÍTULO 11 • SENTENÇA PENAL..... 1537

1. Atos processuais do juiz	1537
2. Classificação dos provimentos judiciais	1537
2.1. Despachos de mero expediente.....	1537
2.2. Decisões interlocutórias simples e mistas (não terminativas e terminativas)	1538
2.3. Decisões definitivas.....	1539
2.4. Sentença.....	1539

2.5. Sentenças definitivas, decisões definitivas e com força de definitivas.....	1540	6. Publicação da sentença.....	1587
2.6. Decisões executáveis, não executáveis e condicionais.....	1540	6.1. Esgotamento da instância.....	1589
2.7. Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas.....	1541	6.2. Intimação da sentença.....	1590
2.8. Decisões suicidas, vazias e autofágicas.....	1541	7. Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência).....	1592
2.9. Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais e executivas.....	1541	7.1. Emendatio libelli.....	1593
3. Estrutura e requisitos da sentença.....	1542	7.1.1. Momento da emendatio libelli.....	1595
3.1. Relatório.....	1542	7.1.2. Emendatio libelli e necessidade de oitiva das partes.....	1597
3.2. Fundamentação.....	1543	7.1.3. Emendatio libelli nas diferentes espécies de ação penal.....	1599
3.2.1. Fundamentação per relationem.....	1547	7.1.4. Emendatio libelli na 2ª instância.....	1599
3.3. Dispositivo.....	1548	7.2. Mutatio libelli.....	1601
3.4. Autenticação.....	1549	7.2.1. Surgimento de prova nos autos de elementares ou circunstâncias não contidas na peça acusatória.....	1602
4. Sentença absolutória.....	1549	7.2.2. Fato novo e fato diverso.....	1603
4.1. Espécies de sentença absolutória.....	1549	7.2.3. Necessidade de aditamento, independentemente do quantum de pena cominado à imputação diversa.....	1604
4.2. Presunção de inocência e regra probatória.....	1550	7.2.4. Aditamento espontâneo (CPP, art. 384, caput) e provocado (CPP, art. 384, § 1º).....	1605
4.3. Fundamentos.....	1551	7.2.5. Procedimento da mutatio libelli.....	1608
4.4. Efeitos decorrentes da sentença absolutória.....	1552	7.2.6. Recurso cabível contra a rejeição do aditamento à peça acusatória.....	1609
4.4.1. Efeito principal: colocação do acusado em liberdade.....	1552	7.2.7. Mutatio libelli nas diferentes espécies de ação penal.....	1609
4.4.2. Efeitos secundários.....	1553	7.2.8. Aditamento: imputação superveniente e possibilidade de condenação do acusado quanto à imputação originária.....	1611
5. Sentença condenatória.....	1553	7.2.9. Mutatio libelli na 2ª instância.....	1612
5.1. Fixação da pena.....	1554	7.3. Quadro comparativo entre emendatio e mutatio libelli.....	1614
5.1.1. Fixação da pena-base.....	1557	7.4. Disposições comuns à emendatio e mutatio libelli.....	1614
5.1.2. Fixação da pena provisória.....	1561	7.4.1. Possibilidade de oferecimento da proposta de transação penal.....	1614
5.1.3. Fixação da pena definitiva.....	1564	7.4.2. Possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo.....	1616
5.1.4. Fixação do regime penitenciário.....	1565	7.4.3. Mudança de competência.....	1617
5.1.4.1. Detração na sentença condenatória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (Lei nº 12.736/12).....	1568	7.4.4. Mudança da espécie de ação penal.....	1618
5.1.5. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.....	1570	7.5. Emendatio e mutatio libelli no processo penal militar.....	1619
5.1.6. Fixação da pena de multa.....	1573	TÍTULO 12 • NULIDADES.....	1621
5.2. Decretação (ou manutenção) da prisão preventiva ou das medidas cautelares diversas da prisão na sentença condenatória.....	1574	1. Noções gerais: tipicidade processual e nulidade.....	1621
5.3. Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória.....	1575	2. Espécies de irregularidades.....	1623
5.3.1. Efeitos penais.....	1575	3. Espécies de atos processuais.....	1623
5.3.2. Efeitos extrapenais.....	1576		
5.3.2.1. Efeitos extrapenais obrigatórios.....	1576		
5.3.2.2. Efeitos extrapenais específicos.....	1580		
5.4. Pedido absolutório formulado pela acusação e (im) possibilidade de condenação.....	1586		

4. Nulidade	1625	6.14. Falta do quorum legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais ..	1669
4.1. Espécies de nulidades	1626	6.15. Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato	1669
4.1.1. Nulidade absoluta	1626	7. Nulidades no inquérito policial	1670
4.1.1.1. Hipóteses de nulidades absolutas	1628	TÍTULO 13 • RECURSOS	1673
4.1.2. Nulidade relativa	1629	CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS ..	1673
4.1.2.1. Hipóteses de nulidades relativas.. ..	1629	1. Conceito e características.....	1673
4.1.2.2. Momento para a arguição das nulidades relativas	1630	2. Natureza jurídica dos recursos.....	1674
4.1.3. Anulabilidades.....	1634	3. Princípios.....	1674
4.2. Reconhecimento das nulidades	1634	3.1. Duplo grau de jurisdição	1674
4.2.1. Na primeira instância	1634	3.1.1. Recolhimento à prisão para recorrer.....	1676
4.2.2. Na segunda instância	1635	3.1.2. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1680
5. Princípios referentes às nulidades	1636	3.2. Princípio da taxatividade dos recursos.....	1683
5.1. Princípio da tipicidade das formas.....	1636	3.3. Princípio da unirrecorribilidade das decisões.....	1683
5.2. Princípio do prejuízo	1637	3.4. Princípio da fungibilidade.....	1684
5.3. Princípio da instrumentalidade das formas.....	1638	3.5. Princípio da convalidação	1686
5.4. Princípio da eficácia dos atos processuais	1639	3.6. Princípio da voluntariedade dos recursos.	1687
5.5. Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia.....	1640	3.6.1. Reexame necessário (recurso de ofício ou remessa necessária)	1687
5.6. Princípio da causalidade (efeito expansivo)	1641	3.7. Princípio da disponibilidade dos recursos.	1689
5.7. Princípio da conservação dos atos processuais (confinamento da nulidade).....	1642	3.8. Princípio da non reformatio in pejus (efeito prodômico da sentença).....	1690
5.8. Princípio do interesse.....	1643	3.8.1. Princípio da non reformatio in pejus direta e indireta	1693
5.9. Princípio da lealdade (ou da boa-fé)	1644	3.8.2. Non reformatio in pejus indireta e incompetência absoluta	1693
5.10. Princípio da convalidação.....	1644	3.8.3. Non reformatio in pejus indireta e soberania dos veredictos	1694
6. Nulidades em espécie	1647	3.9. Princípio da reformatio in melius.....	1696
6.1. Incompetência.....	1647	3.10. Princípio da dialeticidade	1697
6.2. Suspeição	1647	3.10.1 Ausência de razões recursais da defesa e do Ministério Público.....	1699
6.3. Suborno do juiz	1648	3.11. Princípio da complementariedade	1700
6.4. Ilegitimidade de parte.....	1648	3.12. Princípio da variabilidade	1701
6.5. Falta da denúncia, da queixa, da representação e da requisição do Ministro da Justiça	1649	3.13. Princípio da colegialidade	1701
6.6. Ausência do exame de corpo de delito.....	1650	4. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação).....	1703
6.7. Falta de nomeação de defensor ao acusado presente, que não o tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos ...	1652	5. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	1706
6.8. Não intervenção do Ministério Público.....	1653	5.1. Cabimento	1706
6.9. Ausência de citação (circundução), do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa	1654	5.2. Adequação	1706
6.10. Nulidades cominadas no procedimento bifásico do Tribunal do Júri	1657	5.3. Tempestividade	1706
6.11. Falta da sentença	1663	5.3.1. Início do prazo recursal	1707
6.12. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido	1665	5.3.2. Prazo recursal para a defesa	1708
6.13. Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência das sentenças e despachos de que caiba recurso.....	1666		

5.3.3. Início do prazo recursal para o Ministério Público	1710	9.1. Quanto à obrigatoriedade	1740
5.3.4. Prazos recursais diversos.....	1711	9.2. Quanto à fundamentação	1741
5.3.5. Prazo em dobro	1712	9.3. Quanto à extensão da matéria impugnada.....	1742
5.3.6. Férias forenses	1713	9.4. Quanto aos pressupostos de admissibilidade.....	1742
5.3.7. Interposição de recursos via fax.....	1714	9.5. Quanto ao objeto imediato do recurso.....	1743
5.3.8. Utilização de meios eletrônicos	1714		
5.4. Inexistência de fato impeditivo	1715	CAPÍTULO II – RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE	1743
5.4.1. Renúncia ao direito de recorrer	1715	1. Recurso em sentido estrito	1743
5.4.2. Preclusão	1716	1.1. Interpretação extensiva.....	1744
5.4.3. Recolhimento à prisão para recorrer.....	1716	1.2. Utilização residual do recurso em sentido estrito.....	1744
5.5. Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso)	1716	1.3. Hipóteses de cabimento.....	1745
5.5.1. Desistência	1717	1.3.1. Não recebimento da peça acusatória	1746
5.5.2. Deserção.....	1719	1.3.2. Incompetência do juízo	1748
5.5.2.1. Deserção por falta de preparo	1719	1.3.3. Procedência das exceções, salvo a de suspeição	1748
5.5.2.2. Deserção por fuga do acusado.....	1720	1.3.4. Pronúncia do acusado	1749
5.6. Regularidade formal	1720	1.3.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1750
6. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	1721	1.3.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.....	1752
6.1. Legitimidade recursal	1722	1.3.7. Decisão que decretar (ou não) a extinção da punibilidade	1753
6.1.1. Legitimação restrita e subsidiária do assistente da acusação	1723	1.3.8. Decisão que conceder ou negar a ordem de habeas corpus.....	1754
6.2. Interesse recursal	1727	1.3.9. Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou a suspensão condicional do processo	1754
6.2.1. Classificação da sucumbência	1727	1.3.10. Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional.....	1755
6.2.2. Sentença absolutória e interesse recursal da defesa	1728	1.3.11. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte, ou que reconhecer a ilicitude da prova e determinar seu desentranhamento	1756
6.2.3. Extinção da punibilidade e interesse recursal no julgamento do mérito ...	1728	1.3.12. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	1757
6.2.4. Divergência entre o interesse recursal do acusado e o de seu defensor..	1729	1.3.13. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1757
6.2.5. Sentença condenatória e/ou absolutória e interesse recursal do Ministério Público	1729	1.3.14. Decisão que ordenar a suspensão do processo, seja em virtude de questão prejudicial, seja quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor.....	1758
7. Efeitos dos recursos.....	1731	1.3.15. Decisão que decidir sobre a unificação de penas.....	1758
7.1. Efeito obstativo	1731		
7.2. Efeito devolutivo	1731		
7.3. Efeito suspensivo.....	1734		
7.3.1. Cabimento de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público	1734		
7.4. Efeito regressivo, iterativo ou diferido	1735		
7.5. Efeito extensivo	1736		
7.6. Efeito substitutivo	1737		
7.7. Efeito translativo	1737		
7.8. Efeito dilatatório-procedimental	1738		
8. Direito intertemporal e recursos.....	1738		
9. Classificação dos recursos	1740		

1.3.16. Decisão que decidir o incidente de falsidade.....	1759
1.3.17. Incidentes da execução da pena ...	1759
1.3.18. Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples	1759
1.4. Aspectos procedimentais do recurso em sentido estrito	1760
1.4.1. Forma	1760
1.4.2. Prazo.....	1761
1.4.3. Processamento.....	1761
1.4.4. Competência para o julgamento.....	1762
1.5. Efeitos.....	1762
2. Apelação.....	1764
2.1. Noções gerais	1764
2.2. Espécies.....	1765
2.2.1. Apelação plena (ou ampla) e apelação parcial (restrita)	1765
2.2.2. Apelação principal e apelação subsidiária (ou supletiva)	1766
2.2.3. Apelação sumária e apelação ordinária	1766
2.2.4. Apelação adesiva (ou incidental)	1767
2.3. Hipóteses de cabimento.....	1768
2.3.1. Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular	1768
2.3.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito	1768
2.3.3. Decisões do Tribunal do Júri	1769
2.4. Aspectos procedimentais da apelação.....	1776
2.4.1. Forma	1776
2.4.2. Prazo.....	1777
2.4.3. Processamento.....	1777
2.4.4. Competência para o julgamento.....	1778
2.5. Efeitos.....	1778
3. Protesto por novo júri	1780
3.1. Revogação pela Lei nº 11.689/08.....	1780
3.2. Pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal do revogado protesto por novo júri.....	1780
4. Embargos infringentes e de nulidade.....	1784
4.1. Hipóteses de cabimento.....	1785
4.2. Prazo e interposição	1786
4.3. Competência para seu julgamento	1786
4.4. Efeitos.....	1787
4.5. Possibilidade de interposição simultânea dos embargos infringentes e de nulidade e dos recursos extraordinários.....	1788
5. Embargos de Declaração.....	1789
5.1. Hipóteses de cabimento.....	1789
5.2. Prazo.....	1790
5.3. Procedimento.....	1790
5.4. Efeitos quanto aos demais prazos recursais.....	1791
6. Agravo em execução	1792
6.1. Hipóteses de cabimento.....	1792
6.2. Procedimento.....	1793
6.3. Prazo.....	1793
6.4. Efeitos.....	1793
7. Carta testemunhável	1794
7.1. Hipóteses de cabimento.....	1794
7.2. Prazo.....	1795
7.3. Procedimento	1795
7.4. Efeitos.....	1795
8. Correição parcial	1796
8.1. Hipóteses de cabimento.....	1796
8.2. Natureza jurídica	1797
8.3. Legitimidade.....	1798
8.4. Prazo.....	1798
TÍTULO 14 • AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	1799
CAPÍTULO I – HABEAS CORPUS	1799
1. Noções Gerais.....	1799
2. Natureza jurídica	1799
3. Interesse de agir na ação de habeas corpus.....	1801
3.1. Necessidade da tutela: violência ou coação decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.....	1801
3.2. Adequação: tutela da liberdade de locomoção e a antiga doutrina brasileira do habeas corpus	1803
3.2.1. Hipóteses que autorizam o conhecimento do habeas corpus.....	1803
3.2.2. Hipóteses em que não se autoriza o conhecimento do habeas corpus por falta de adequação.....	1804
3.2.2.1. Habeas Corpus substitutivo de Recurso Ordinário	1808
4. Possibilidade jurídica do pedido	1809
4.1. Cabimento do habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.....	1809
4.2. Estado de Sítio.....	1810
4.3. Prisão administrativa	1810
5. Legitimação ativa.....	1811
5.1. Distinção entre impetrante e paciente	1811
5.1.1. Habeas corpus coletivo	1811

5.2. Legitimação ampla e irrestrita	1814	10.2. Petição inicial	1841
5.3. Pessoa jurídica	1814	10.3. Dilação probatória	1842
5.4. Ministério Público	1815	10.4. Medida liminar	1843
5.5. Outras autoridades	1816	10.4.1. Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo habeas corpus	1844
6. Legitimação passiva	1817	10.5. Apresentação do preso e requisição de informações	1845
6.1. Autoridade coatora (ou coator) e detentor	1817	10.6. Efeito extensivo da ordem de habeas corpus	1845
6.2. Ministério Público como autoridade coatora	1817	10.7. Intervenção das partes	1846
6.3. Particular como coator	1818	10.8. Recursos contra as decisões em habeas corpus	1847
6.4. Outras autoridades	1818	10.9. Coisa julgada	1849
7. Espécies de habeas corpus: liberatório, preventivo, profilático e trancativo	1818		
8. Hipóteses de impetração do habeas corpus	1820	CAPÍTULO II – REVISÃO CRIMINAL	1850
8.1. Ausência de justa causa	1820	1. Noções gerais	1850
8.1.1. Falta de justa causa para a prisão ...	1821	2. Conceito	1851
8.1.2. Falta de justa causa e truncamento de investigações preliminares	1822	3. Natureza jurídica	1851
8.1.3. Falta de justa causa e truncamento do processo penal	1823	4. Distinção entre revisão criminal e ação rescisória	1852
8.2. Decurso do tempo de prisão previsto na lei	1824	5. Pedidos: juízo rescindente e juízo rescisório	1853
8.2.1. Excesso de prazo da prisão penal ...	1825	6. Condições da ação	1854
8.2.2. Excesso de prazo da prisão temporária	1825	6.1. Legitimidade ativa e passiva	1854
8.2.3. Excesso de prazo da prisão preventiva	1825	6.2. Interesse de agir: coisa julgada	1855
8.3. Coação ordenada por autoridade incompetente	1825	6.2.1. Desnecessidade de esgotamento das instâncias ordinárias (prequestionamento)	1855
8.4. Cessação do motivo que autorizou a coação	1826	6.3. Possibilidade jurídica do pedido: sentença condenatória ou absolutória imprópria, inclusive após o cumprimento da pena e/ou morte do acusado	1856
8.5. Não admissão de prestação de fiança	1828	6.3.1. Vedação da revisão criminal pro societate no ordenamento pátrio e princípio do ne bis in idem processual	1856
8.6. Processo manifestamente nulo	1830	6.3.2. Impossibilidade de utilização da revisão criminal para fins de modificação dos fundamentos de sentença absolutória própria	1857
8.7. Extinção da punibilidade	1831	6.3.3. Extinção da punibilidade	1857
9. Competência	1832	6.3.4. Revisão criminal no âmbito do Júri e soberania dos veredictos	1858
9.1. Competência do Supremo Tribunal Federal	1834	6.3.5. Juizados Especiais Criminais	1859
9.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça	1835	6.3.6. Transação penal	1859
9.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais	1836	6.3.7. Impeachment	1860
9.4. Competência dos Tribunais de Justiça	1836	7. Hipóteses de cabimento da revisão criminal	1860
9.5. Competência da Justiça Militar	1836	7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei penal	1860
9.6. Competência das Turmas Recursais	1838	7.2. Contrariedade à evidência dos autos	1862
9.7. Competência da Justiça do Trabalho	1838	7.3. Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	1863
9.8. Competência do juiz de 1ª instância	1839		
9.9. Ministério Público como autoridade coatora e competência para o julgamento do habeas corpus	1840		
10. Procedimento	1841		
10.1. Capacidade postulatória	1841		

7.4. Descoberta de novas provas em favor do condenado	1863	1. Noções gerais	1876
7.5. Nulidade do processo.....	1865	2. Conceito e natureza jurídica.....	1876
8. Aspectos procedimentais da revisão criminal.....	1867	3. Objeto da tutela	1877
8.1. Capacidade postulatória.....	1867	4. Prazo decadencial.....	1877
8.2. Desnecessidade de recolhimento à prisão	1867	5. Legitimação ativa e passiva	1877
8.3 Inexistência de prazo decadencial.....	1867	6. Cabimento	1879
8.4. Competência	1867	6.1. Hipóteses comuns de impetração do mandado de segurança no âmbito criminal	1880
8.5. Procedimento	1869	7. Aspectos procedimentais	1882
8.6. Efeito suspensivo.....	1870	7.1. Petição inicial	1882
8.7. Ônus da prova	1871	7.2. Procedimento e julgamento do mandado de segurança	1882
8.8. Non reformatio in pejus direta e indireta .	1872	7.3. Competência	1883
8.9. Recursos	1873	7.4. Medida liminar	1885
8.10. Indenização pelo erro judiciário.....	1873	7.5. Recursos	1885
8.11. Coisa julgada	1875	BIBLIOGRAFIA.....	1887
CAPÍTULO III – MANDADO DE SEGURANÇA	1876		